

2. TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE MOGI MIRIM-SP  
FRAÇA SÃO JOSÉ, 335 FONE: (19) 3998-6338

#### AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, extraída  
nestas notas a qual confere com o original, que está em

Mogi Mirim

28 SET 2023

Orlaine Carvalho-Serrote-Escrev.  
Patrícia Damasceno Amâncio-Escrev.  
Andressa Cristina B. de Moraes-Escrev.  
André B. de Assunção-Escrev.  
Jussara Eze de Costa Sáveira-Escrev.

V. Autent.  
R\$

AU0608AB0729436

**CLÁUSULA 12** - A Sociedade poderá, a critério do administrador, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais, observadas as prescrições legais, e as Sócias poderão deliberar sobre a distribuição antecipada de lucros à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros.

### Capítulo V RETIRADA OU EXCLUSÃO DE SÓCIA

**CLÁUSULA 13** - A Sociedade não se dissolverá por retirada ou exclusão de qualquer das Sócias, desde que as remanescentes queiram com a mesma continuar.

**CLÁUSULA 14** - Ocorrendo a retirada ou a exclusão de qualquer uma das Sócias, o valor dos seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data do evento, verificada em balanço especialmente levantado, e será pago em vinte e quatro (24) prestações mensais, iguais e sucessivas, representadas por documentos legais, vencendo a primeira delas noventa (90) dias após o evento.

**CLÁUSULA 15** - A Sócia que desejar retirar-se da Sociedade deverá manifestar a sua intenção no trinta (30) dias subsequentes ao ato ou fato que motivou a retirada.

**CLÁUSULA 16** - É cabível a exclusão de Sócia por justa causa.

### Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA 17** - É vedada às Sócias a transferência de quotas do Capital Social, para terceiros estranhos à Sociedade.

**Parágrafo Único** - Entre as sócias as quotas são livremente transferíveis.

**CLÁUSULA 18** - O ingresso na Sociedade de sucessores de uma das Sócias, a qualquer título, somente será admitido com a expressa concordância das outras Sócias.

**CLÁUSULA 19** - Fica eleito o foro de Mogi Mirim, SP, local da sede da Sociedade, para dirimir as dúvidas e para as ações que envolvam a Sociedade, as Sócias e o administrador, tendo por objeto a aplicação das disposições contidas neste Contrato Social e na legislação societária pertinente.

**CLÁUSULA 20** - O administrador **João Luís Mazon**, qualificado no Parágrafo Único da Cláusula 6.ª ao final assinado, declara expressamente, para os efeitos do disposto no § 1.º, do artigo 1.011, do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002), que não está impedido de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



21 TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE MOGI MIRIM - SP  
FRAÇA SÃO JOSÉ, 335 FONE: (19) 3806-1111  
**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica, extraída destas notas à qual confere com o original, que deu

Mogi Mirim 28 SET 2023



Orallina Gervasio Sorato - Escriv.  
Pavão Damasceno de Amorim - Escriv.  
Andressa Cristina B. de Moraes - Escriv.  
André B. de Assunção - Escriv.  
Luizere E. de Almeida - Escriv.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes e a administração assinam este Instrumento Particular de Constituição da sociedade empresária limitada denominada **ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, impresso no anverso de seis (6) folhas, incluindo esta de encerramento e assinaturas e a última somente de assinaturas, tudo em três (3) vias de igual teor, sendo as assinaturas lançadas na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e também assinadas, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Mogi Mirim, SP, 18 de janeiro de 2005.

**VIAÇÃO SANTA CRUZ S/A.**

Assinatura:   
Rubrica:   
João Luís Mazon  
Diretor Gerente

Assinatura:   
Rubrica:   
Cláudio Nelson Calhau Rodrigues de Abreu  
Diretor Gerente

**EXPRESSO CRISTÁLIA LTDA.**

Assinatura:   
Rubrica:   
João Luís Mazon  
Diretor Gerente

Assinatura:   
Rubrica:   
Cláudio Nelson Calhau Rodrigues de Abreu  
Diretor Gerente

**VIAÇÃO NASSER LTDA.**

Assinatura:   
Rubrica:   
João Luís Mazon  
Diretor Gerente

Assinatura:   
Rubrica:   
Cláudio Nelson Calhau Rodrigues de Abreu  
Diretor Gerente



72

2. TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE MOGI MIRIM  
FRAÇA SÃO JOSÉ, 335 FONE: (19) 3806-5331  
**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica, expedida  
nestas notas à qual confere com o original, que se encontra em  
Mogi Mirim 28 SET 2023

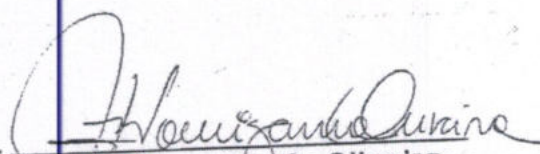
123992  
AU0608AB0729440

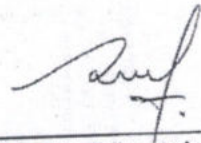
Orlaine Carvalho Sorato-Escriv.  
Petrus Demas de Amorim-Escriv.  
Andressa Cristina B. de Moraes-Escriv.  
André B. de Assunção-Escriv.  
Jussara Silva de Costa Silveira-Escriv.

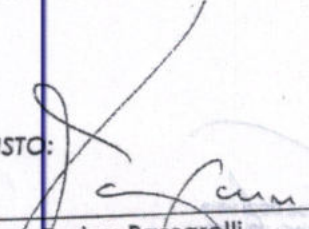
ADMINISTRADOR

Assinatura:  Rubrica:   
João Luís Mazon

TESTEMUNHAS:

1.   
Marcia Hiromi N. de Oliveira  
RG n.º 18.201.360-1/SSP-SP

2.   
Ródney Eduardo Franco  
RG n.º 26.110.632-6/SSP-SP

VISTO:   
Tadeu Passarelli  
OAB/SP 82.481

28 SET 2023

Orlaine Carvalho Sorato-Escriv.  
Petrus Demas de Amorim-Escriv.  
Andressa Cristina B. de Moraes-Escriv.  
André B. de Assunção-Escriv.  
Jussara Silva de Costa Silveira-Escriv.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARGARIDA SILVEIRA COSTACURTA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-80UM-H9K0-8627-82NY



**ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**

CNPJ 07.184.464/0001-44

NIRE 35219603072

**INSTRUMENTO DA 51ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO  
DO CONTRATO SOCIAL, EM 26/04/2023.**

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados:

**1) VIACÃO SANTA CRUZ LTDA.**, sociedade nacional, com sede em Mogi Mirim, SP, na Rua Padre Roque, nº 2931, Jardim Áurea, CEP 13800-207, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) com o **NIRE 35227465066** e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 52.771.516/0001-33, neste ato representada na forma do seu Contrato Social pelos **Diretores Superintendente e Executivo**, respectivamente, **Francisco Carlos Mazon**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 24/05/1956, administrador de empresa e economista, RG nº 6.642.505-0-SSP/SP e CPF/MF nº 823.558.198-15, e **Cláudio Nelson Calhau Rodrigues de Abreu**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 09/01/1953, administrador (CRA/8ª Região nº 5.377), economista (CRE/2ª Região nº 8.742) e advogado (OAB/SP nº 38.198), RG nº 7.245.555-X/SSP-SP e CPF/MF nº 722.818.638-91, ambos com endereço em Mogi Mirim, SP, na Rua Padre Roque, nº 2931, Jardim Áurea, CEP 13800-207, e

**2) MULTIPART IMOBILIÁRIA, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede em Mogi Mirim, SP, na Rua Padre Roque, nº 963, Sala 5, Centro, CEP 13800-033, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) com o **NIRE 35207483581**, em sessão de 05/06/1987 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 52.241.247/0001-01, neste ato representada na forma do seu Contrato Social pelos **Diretores Superintendente e Executivo**, respectivamente, **Francisco Carlos Mazon** e **Cláudio Nelson Calhau Rodrigues de Abreu**, ambos acima já qualificados.

**3) JOÃO LUÍS MASON**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 23/11/1949, empresário, RG nº 4.410.105-3/SSP-SP e CPF/MF nº 032.848.408-34, com endereço em Mogi Mirim, SP, na Rua Padre Roque, nº 2931, Jardim Áurea, CEP 13800-207.

Únicos sócios componentes da **sociedade empresária limitada** com sede na cidade de Mogi Guaçu, SP, na Rua João de Souza Godoy, nº 258, Sala 3, Parque Cidade Nova, CEP 13.845-433, denominada **ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, cujos atos constitutivos foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) com o **NIRE 35219603072**, em sessão 19/01/2005, e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 07.184.464/0001-44, doravante simplesmente designada "**Sociedade**",





Resolvem proceder a 51ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

#### I – DO CAPITAL SOCIAL ATUAL.

1. Nos termos do Instrumento da 50ª Alteração e Consolidação do Contrato Social em 30/11/2022, devidamente registrado na JUCESP sob o nº 41.815/23-3, em sessão de 15/03/2023, o Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$2.044.800,00** (dois milhões, quarenta e quatro mil e oitocentos reais), divididos em **51.120.000** quotas de **R\$0,04** cada uma, distribuídas entre os sócios na forma demonstrada no quadro seguinte:

SÓCIOS	Quantidade de Quotas	Valor da Cota	Participação no Capital Social	
		R\$	R\$	%
VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA.	51.099.999	0,04	2.043.999,96	99,960874%
MULTIPART IMOB. ADM. E PART. LTDA.	20.000	0,04	800,00	0,039124%
JOÃO LUÍS MASON	1	0,04	0,04	0,000002%
TOTAL	51.120.000	0,04	2.044.800,00	100%

#### II – AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL.

2. Os sócios, por unanimidade, aprovam o aumento do capital social da Sociedade, passando dos atuais **R\$2.044.800,00** (dois milhões, quarenta e quatro mil e oitocentos reais), para **R\$3.708.000,00** (três milhões, setecentos e oito mil reais), mediante a criação de 41.580.000 novas quotas de R\$0,04 (quatro centavos de real) cada uma, totalizando a quantia de **R\$1.663.200,00** (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil e duzentos reais), correspondente ao montante do aumento do capital social ora aprovado, cujas quotas são subscritas apenas pela sócia VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA., tudo conforme demonstrado no Quadro "A", seguinte:

#### QUADRO "A"

##### DEMONSTRATIVO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL.

SÓCIOS	PARTICIPAÇÕES DOS SÓCIOS								
	No capital atual			No aumento do capital			No capital aumentado		
	Quotas	R\$	%	Quotas	R\$		Quotas	R\$	%
VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA.	51.099.999	2.043.999,96	99,960874%	41.580.000	1.663.200,00		92.679.999	3.707.199,96	99,978424%
MULTIPART IMOB. ADM. E PART. LTDA.	20.000	800,00	0,039124%	0	0,00		20.000	800,00	0,021575%
JOÃO LUÍS MASON	1	0,04	0,000002%	0	0,00		1	0,04	0,000001%
TOTAL	51.120.000	2.044.800,00	100%	41.580.000	1.663.200,00		92.700.000	3.708.000,00	100%

3. A sócia VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA., que participa do aumento do capital social subscrevendo **41.580.000 quotas** de **R\$0,04** cada uma, totalizando a quantia de **R\$1.663.200,00** (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil e duzentos reais), integraliza neste ato as suas quotas, sendo: (i) **R\$302,21** (trezentos e dois reais e vinte e um centavos) em moeda corrente nacional, depositada em conta bancária da Sociedade, e (ii) **R\$1.662.897,79** (um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos) mediante a conferência de 22 (vinte e dois) veículos tipo ônibus e automóvel constantes do seu ativo imobilizado, identificados no Quadro "B", seguinte, tomando-se por base o valor contábil dos referidos veículos, indicados no referido quadro.



JUL 2023

76

26 JUL 2023

Gratiane Garvelho Sorato-Escrivã  
Patricia Demesquita Amêndio-Escrivã  
Andreia Cristina B. de Morais-Escrivã  
André L. de Assunção-Escrivã  
Jussara Eva de Costa Silveira-Escrivã



"CLÁUSULA 5ª – O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e em bens, é de R\$3.708.000,00 (três milhões, setecentos e oito mil reais), divididos em 92.700.000 quotas de R\$0,04 cada uma, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	Quantidade de Quotas	Valor da Cota	Participação no Capital Social	
		R\$	R\$	%
VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA.	92.679.999	0,04	3.707.199,96	99,978424%
MULTIPART IMOB. ADM. E PART. LTDA.	20.000	0,04	800,00	0,021575%
JOÃO LUÍS MASON	1	0,04	0,04	0,000001%
TOTAL	92.700.000	0,04	3.708.000,00	100%

**Parágrafo primeiro:** A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052, do Código Civil.

**Parágrafo segundo:** No caso de aumento do capital social, os sócios terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, na proporção das respectivas participações por eles detidas na Sociedade.

**Parágrafo terceiro:** As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma terá direito a um voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo quarto:** É vedado aos sócios, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do capital social, caucioná-las, onerá-las ou empenhá-las.

**Parágrafo quinto:** Havendo condomínio de quotas, os direitos a elas inerentes somente poderão ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

#### IV – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

7. Por fim, considerando as deliberações acima tratadas, os sócios resolvem, de comum acordo, consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

### ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ 07.184.464/0001-44  
NIRE 35219603072

## CONTRATO SOCIAL

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO



11.11.2023  
10.05.23  
23

21 TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE MOGI MIRIM - SP  
PRACA SÃO JOSÉ, 335 FONE: (19) 3606-3334  
**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica,  
nestas notas a qual confere com o original, que  
Mogi Mirim 26 JUL 2023

Orsine Gerválio Borato-Escrev.  
Patrícia Damasceno Alencar-Escrev.  
Andressa Cristina B. de Moraes-Escrev.  
André B. de Assunção-Escrev.  
Jussara Elva de Costa Silveira-Escrev.

**CLÁUSULA 1.ª** – A sociedade limitada e de natureza empresária, gira sob a denominação social de **ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, sendo regulada pelas cláusulas e condições deste Contrato Social, pelo Código Civil Brasileiro e, supletivamente, pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas.

**CLÁUSULA 2.ª** – A sociedade tem sede na cidade de Mogi Guaçu, SP, na Rua João de Souza Godoy, n. 258, Sala 3, Parque Cidade Nova, CEP 13.845-433 (sede administrativa - escritório) e a seguinte filial aberta:

**FILIAL Nº 0001 – SUMARÉ, SP:** Rua Maria Valdeci dos Santos Garcia, nº 54, Sala 01, Jardim Aclimação (Nova Veneza), CEP 13.180-625, NIRE 3590507522-5 - CNPJ/MF nº. 07.184.464/0002-25.

**CLÁUSULA 3.ª** – A sociedade tem por objeto o comércio de veículos automotores novos e usados, de qualquer espécie ou marca e escritório de apoio administrativo.

**Parágrafo único:** A sociedade poderá ainda, participar de outras sociedades; realizar a importação e exportação de bens e produtos relacionados com o seu objeto social e realizar negócios com veículos em consignação.

**CLÁUSULA 4.ª** – A sociedade foi constituída em 18 de janeiro de 2005 e o seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

**CAPÍTULO II  
DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS**

**CLÁUSULA 5.ª** – O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e em bens, é de **R\$3.708.000,00 (três milhões, setecentos e oito mil reais)**, divididos em **92.700.000 quotas de R\$0,04 cada uma**, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	Quantidade de Quotas	Valor da Cota	Participação no Capital Social	
		R\$	R\$	%
VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA.	92.679.999	0,04	3.707.199,96	99,978424%
MULTIPART IMOB. ADM. E PART. LTDA.	20.000	0,04	800,00	0,021575%
JOÃO LUÍS MASON	1	0,04	0,04	0,000001%
TOTAL	92.700.000	0,04	3.708.000,00	100%

**Parágrafo primeiro:** A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052, do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/02).

**Parágrafo segundo:** No caso de aumento do capital social, os sócios terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, na proporção das respectivas participações por eles detidas na sociedade.

**Parágrafo terceiro:** As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma terá direito a um voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo quarto:** É vedado aos sócios, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do capital social, caucioná-las, onerá-las ou empenhá-las.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARGARIDA SILVEIRA COSTACURTA. Sistema e-ICESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-80UM-H9KX-86Z7-82NY



JUL 23  
15 05 2023

2. TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE MOÇAMBIQUE  
PRAÇA SÃO JOSÉ, 335 FONE: (19) 3655-2311  
**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica,  
nestas notas à qual confere com o original, cu  
Mogi Mirim 26 JUL 2023  
Cristina Cervino Aguiar-Escriv.  
Patrícia Demestegani Amancio-Escriv.  
Andressa Cristina B. de Mursis-Escriv.  
André B. de Assunção-Escriv.  
Jussara Eze de Costa Silveira-Escriv.

**Parágrafo quinto:** Havendo condomínio de quotas, os direitos a elas inerentes somente poderão ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

### CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA 6.ª** – A administração da sociedade caberá ao administrador nomeado e qualificado no Parágrafo único desta Cláusula, que será designado “**Diretor Gerente**”, estando autorizado a usar a denominação social.

**Parágrafo único:** Fica nomeado administrador o sócio **JOÃO LUÍS MASON**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 23/11/1949, empresário, RG nº. 4.410.105-3/SSP-SP e CPF/MF nº. 032.848.408-34, com endereço na Rua Padre Roque, nº 2931, Jardim Áurea, CEP 13800-207, na cidade de Mogi Mirim, SP.

**CLÁUSULA 7.ª** – O administrador administrará a sociedade com os mais amplos poderes, competindo-lhe, sem prejuízo de outras funções legais, o seguinte: (a) representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e Repartições Públicas em geral; e (b) praticar todos os atos da administração da sociedade, podendo, para isso, arrendar, adquirir, alienar bens móveis e imóveis; gravar com hipoteca bens imóveis; demandar, transigir e fazer acordos; outorgar procurações em nome da sociedade; celebrar contratos em geral; contrair obrigações; nomear, contratar, promover e demitir funcionários, fixando-lhes remuneração e atribuições; receber e dar quitação; sacar e aceitar duplicatas de faturas; sacar e aceitar títulos cambiários da sociedade; fazer depósitos bancários, endossar, descontar e emitir cheques; assinar contratos de caução e de créditos em geral junto aos bancos, inclusive descontos; praticar, enfim, todos os atos e realizar todas as operações de administração para o bom andamento dos negócios da sociedade.

**CLÁUSULA 8.ª** – O administrador distribuirá entre si, de comum acordo, suas funções na administração da sociedade e, quando no efetivo exercício de suas funções, receberá um valor mensal, fixo e/ou variável, a título de pró-labore, que será fixado pelos sócios.

**CLÁUSULA 9.ª** – É vedado ao administrador, mesmo em nome pessoal, prestar avais, fianças, endossos de favor e outras responsabilidades afins que não sejam do interesse da sociedade.

### CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES DE SÓCIOS

**CLÁUSULA 10.ª** – Os sócios reunir-se-ão quando necessário, mediante a convocação de qualquer um deles, através de carta registrada, com 8 (oito) dias de antecedência, devendo a mesma especificar o dia, a hora, o local da reunião e a ordem do dia. Das reuniões se lavrará ata e as deliberações, a fim de que sejam válidas, dependerão da aprovação dos sócios que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital social, salvo *quorum* legal ou contratual específico.

**Parágrafo primeiro:** Os sócios poderão ser representados por outros sócios ou por advogados (as), mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.





**Parágrafo segundo:** As reuniões de sócios poderão se instalar e validamente deliberar, sendo dispensadas as formalidades para convocação prevista no *caput* desta cláusula, se estiverem presentes os sócios representando a totalidade do capital social, ou se todos se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

**CLÁUSULA 11.ª** – Sem prejuízo da realização das reuniões previstas na cláusula antecedente, realizar-se-á, obrigatoriamente, nos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, uma reunião ordinária dos sócios, para deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) tomar as contas dos administradores;
- b) aprovar o balanço patrimonial e o resultado econômico;
- c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
- d) demais assuntos que constem da ordem do dia.

**Parágrafo primeiro:** Aplicam-se à reunião ordinária todas as disposições relativas às reuniões de sócios, inclusive aquelas relacionadas à dispensa das formalidades de convocação.

**Parágrafo segundo:** Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião ordinária, os documentos relacionados às matérias constantes das alíneas “a” e “b” do *caput* desta cláusula, deverão ser postos à disposição dos sócios que não exerçam cargo de administração, com a competente prova do seu recebimento.

**CLÁUSULA 12.ª** – As reuniões tornam-se dispensáveis quando todos os sócios deliberarem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, nos exatos termos do §3º do art. 1.072 do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/02).

## CAPÍTULO V DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

**CLÁUSULA 13.ª** – Dependem da aprovação dos sócios quotistas representando 66% (sessenta e seis por cento) do capital social, as seguintes matérias:

- a) eleição e destituição de administradores;
- b) modo de remuneração dos administradores;
- c) pedido de recuperação judicial;
- d) aprovação de contas da administração;
- e) exclusão de sócio(a) por justa causa;
- f) abertura e encerramento de filiais, escritórios e agências;
- g) destinação dos lucros líquidos apurados;
- h) demais matérias sem previsão contratual ou legal específica.

**CLÁUSULA 14.ª** – Dependem da aprovação dos sócios quotistas representando  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, as seguintes matérias:

- a) modificação do contrato social;
- b) incorporação;
- c) fusão;





- d) extinção da sociedade;
- e) cessação do estado de liquidação;
- f) dissolução da sociedade;
- g) cisão da sociedade;
- h) transformação.

#### CAPÍTULO VI DA CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

**CLÁUSULA 15.ª** – Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, total ou parcialmente, a pessoas estranhas ao quadro social.

**Parágrafo primeiro:** Também não serão admitidos ao convívio social, quaisquer outros terceiros estranhos a sua composição social, em especial os credores dos sócios, e os ex cônjuges ou ex conviventes, nas hipóteses de dissolução de vínculo conjugal.

**Parágrafo segundo:** Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, os haveres que porventura os ex cônjuges, ex conviventes ou credores vierem a fazer jus, serão calculados na forma da Cláusula 21 abaixo.

**CLÁUSULA 16.ª** – Entre os sócios as quotas serão sempre transferíveis, respeitada a preferência que os sócios terão na aquisição das quotas de outro(a) sócio(a), nas mesmas proporções das quotas possuídas.

**Parágrafo primeiro:** O(A) sócio(a) que desejar alienar suas quotas, total ou parcialmente, deverá notificar por escrito os demais sócios, para que no prazo de trinta (30) dias manifestem o desejo de adquirir as quotas oferecidas, devendo a notificação informar todas as condições da oferta, em especial o preço e as formas de pagamento.

**Parágrafo segundo:** Quando apenas parte dos sócios manifestar o desejo de adquirir as quotas oferecidas, será estabelecida nova proporção entre os sócios interessados, para o exercício do direito de preferência na aquisição das mesmas quotas.

**Parágrafo terceiro:** Decorrido o prazo de trinta (30) dias sem resposta concordante com a oferta ou não se efetivando o negócio nos dez (10) dias seguintes àquele prazo, o (a) sócio (a) que ofereceu as suas quotas poderá aliená-las a qualquer um dos sócios, desde que respeite as condições originais da oferta.

**Parágrafo quarto:** Se nenhum dos sócios se interessar pela aquisição das quotas oferecidas, poderá a sociedade adquiri-las em tesouraria.

**Parágrafo quinto:** Na hipótese de nenhum dos sócios se interessar pela aquisição das quotas oferecidas e nem a sociedade adquiri-las, o (a) sócio (a) que intencionava alienar as suas quotas poderá pedir a sua exclusão da sociedade, procedendo-se a sua retirada na forma das Cláusulas 19.ª e 21.ª abaixo.

#### CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE





**CLÁUSULA 17.ª** – Além dos casos previstos em lei, a sociedade dissolver-se-á, a qualquer tempo, somente por vontade dos sócios representando  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social.

**CLÁUSULA 18.ª** – O falecimento, a ausência, a incapacidade civil ou a falência de sócios não dissolverá a sociedade.

**Parágrafo primeiro:** Ocorrendo o falecimento, a ausência ou a falência de sócio (a), a sociedade prosseguirá com seus demais sócios, sendo que os herdeiros ou sucessores legais do sócio (a) falecido (a), declarado (a) ausente ou falido (a) não serão admitidos ao convívio social, procedendo-se a apuração e o pagamento dos seus haveres na forma da Cláusula 21.ª abaixo.

**Parágrafo segundo:** A declaração da incapacidade civil ou da ausência do (a) sócio (a), neste caso, antes da abertura da sucessão, não lhe retirará a condição de sócio (a), caso em que será representado (a) perante a sociedade por seu (sua) curador (a) ou por quem de direito.

#### **CAPÍTULO VIII DA RETIRADA E EXCLUSÃO DE SÓCIO**

**CLÁUSULA 19.ª** – O (A) sócio (a) poderá exercer o direito de retirada da sociedade se nenhum dos sócios se interessar pela aquisição das suas quotas e nem a sociedade adquiri-las, após oferecê-las a venda, nos termos dos Parágrafo primeiro e seguintes da Cláusula 16.ª supra.

**Parágrafo único:** Os haveres do (a) sócio (a) retirante serão apurados e pagos na forma prevista na Cláusula 21.ª abaixo.

**CLÁUSULA 20.ª** – É admitida a exclusão de sócio (a), por justa causa, mediante deliberação dos sócios representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital social.

**CLÁUSULA 21.ª** – Na hipótese de retirada ou exclusão de qualquer um dos sócios, será levantado um balanço especial da data do evento, com base no qual será apurado o valor das quotas correspondentes, cujo balanço deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias e assinado também pelo(a) sócio(a) retirante ou excluído(a).

**Parágrafo primeiro:** O pagamento dos haveres do (a) sócio (a) que se retira ou que foi excluído (a) será feito em sessenta (60) prestações mensais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M, a contar do vencimento da primeira delas, que se dará sessenta (60) dias após a conclusão do balanço tratado no *caput* desta cláusula.

**Parágrafo segundo:** Os haveres do (a) sócio (a) retirante ou excluído (a) serão pagos sempre em dinheiro, ficando proibida a atribuição de bens da sociedade para a satisfação de seus direitos.

**Parágrafo terceiro:** As eventuais discordâncias na determinação do valor patrimonial das quotas do (a) sócio (a) retirante ou excluído (a) serão resolvidas por duas (2) auditorias independentes, sendo uma indicada pelo(a) sócio(a) interessado(a) e a outra pelos sócios remanescentes, e, na hipótese de laudos divergentes, será adotada a média dos valores apresentados por cada uma delas.



83 RD

21 TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE MÓG...  
PRACA SÃO JOSÉ, 335 FONE: (19) 3366-2100  
**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reproduzida nestas notas à qual confere com o original.  
Mogi Mirim 26 JUL 2023  
Orlaine Carvalho Borato-Escrev.  
Patrícia Demascano Amancio-Escrev.  
Andressa Cristina B. de Moraes-Escrev.  
André B. de Assunção-Escrev.  
Jussara Eze de Costa Silveira-Escrev.  
123992  
AUTENTICAÇÃO  
Cópia autenticada com o Selo de Segurança  
AU0608AB0721805

**CAPÍTULO XII  
DO FORO**

**CLÁUSULA 28.ª** – Sem prejuízo do disposto no capítulo anterior, fica desde já eleito o Foro da Comarca de Mogi Guaçu, SP, como único competente para dirimir dúvidas ou eventuais controvérsias que possam surgir na execução deste contrato, com renúncia expressa de outro qualquer, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, os sócios assinam este instrumento particular da **51.ª Alteração e Consolidação do Contrato Social** da sociedade empresária limitada denominada **ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, impresso no anverso de doze (11) folhas, tudo em três (3) vias de igual teor, para que produzam os seus devidos e legais efeitos, sendo dispensadas as testemunhas instrumentárias.

Mogi Guaçu, SP, 26 de abril de 2023.

**SÓCIAS:**

**VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA.**

Assinatura:

Rubrica:

Francisco Carlos Mazon  
Diretor Superintendente

Assinatura:

Rubrica:

Claudio Nelson C. R. de Abreu  
Diretor Executivo

**MULTIPART IMOBILIÁRIA, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Assinatura:

Rubrica:

Francisco Carlos Mazon  
Diretor Superintendente

Assinatura:

Rubrica:

Claudio Nelson C. R. de Abreu  
Diretor Executivo

Assinatura:

Rubrica:

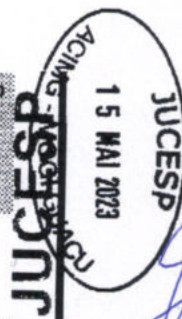
JOÃO LUÍS MASON  
Sócio e Administrador

- Visto do Advogado -

José Antônio Gouveia  
OAB/SP 383.050



188.105/23-2





ANEXO II  
PROPOSTA COMERCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL nº 062/2023

Proponente: ASTRUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA  
Endereço: Rua Joao De Souza Godoy, 258, sala 03  
Bairro: Pq Cidade Nova..... CEP: 13.845-433..... Cidade: Mogi Guaçu  
Estado: SP..... Telefone: (19) 3891-8181..... Fax: 19 3891-8181  
E-mail: [astrus@astrusveiculos.com.br](mailto:astrus@astrusveiculos.com.br)

Item	Quant	Descrição do produto	MARCA/ MODELO	PREÇO UNIT/	Preço total
01	02	<p>Ônibus Rodoviário seminovos com, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação, com motor traseiro de, no mínimo 360CV de potência, movido a diesel, com injeção eletrônica, câmbio automático com, no mínimo, 12 (doze) marchas à frente e 01 a ré, com pneus 295/80, com PBT de 19.000T, com capacidade mínima para 47 (quarenta e sete) passageiros, poltronas reclináveis revestidas em tecido, com porta pacotes em seu interior, ar condicionado e vidros colados, direção hidráulica, WC (banheiro), Sistema sonoro de ré, suspensão pneumática integral, 01 (uma) porta de entrada/saída e piso antiderrapante.</p> <p><u>Marcopolo Paradiso G7 1050, ano 2018/2018, tudo em total conformidade com a descrição de produtos desse anexo.</u></p>	Scania/K360	900.000,00	1.800.000,00

Valor Total: R\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil Reais)

**PRAZOS:**

- Validade da Ata De Registro De Preços: 12 Meses
- Validade da Proposta: 60 Dias
- Pagamento: até 20 dias após a apresentação da nota fiscal, devidamente validada pelo gestor do contrato.

- Declara que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação da proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;
- Declara que os produtos/serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo II deste edital;
- Declara que conhece e aceita as condições estabelecidas no edital e seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las na sua integridade, sendo o objeto adjudicado a esta empresa, declaramos ainda fazer cumprir os elementos constantes desta proposta de preços.

Rifaina, 05 de outubro de 2023.

(representante da licitante)

JOÃO LUIS MASON

R.G. nº 4.410.105-3

C.P.F. nº 032.848.408-34

Rua Joao De Souza Godoy, 258, SI 03, Pq Cidade Nova, Mogi Guaçu/SP, CEP: 13.845-433.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

87 10

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.184.464/0001-44 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/01/2005	
NOME EMPRESARIAL ASTRUS COMERCIO DE VEICULOS LTDA.					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.11-1-06 - Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R JOAO DE SOUZA GODOY		NÚMERO 258		COMPLEMENTO SALA 03	
CEP 13.845-433		BAIRRO/DISTRITO PARQUE CIDADE NOVA		MUNICÍPIO MOGI-GUACU	
UF SP		ENDEREÇO ELETRÔNICO ASTRUS@ASTRUSVEICULOS.COM.BR			
TELEFONE (19) 3891-8181/ (19) 3891-9078		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/01/2005			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****			

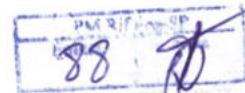
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/09/2023 às 09:49:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARGARIDA SILVEIRA COSTACURTA. Sistema e-ICESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-80UW-H9KO-86Z7-82NY





# Consulta Pública ao Cadastro ICMS

## Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

X

Código de controle da consulta: 040c81fd-6a38-4934-9576-0fcd778531eb

Estabelecimento	
IE: 455.234.080.110 CNPJ: 07.184.464/0001-44 Nome Empresarial: ASTRUS COMERCIO DE VEICULOS LTDA Nome Fantasia: Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
Logradouro: RUA JOAO DE SOUZA GODOY Nº: 258 CEP: 13.845-433 Município: MOGI GUACU	Complemento: SALA 03 Bairro: PARQUE CIDADE NOVA UF: SP
Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo Ocorrência Fiscal: Ativa Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO Atividades Econômicas: Serviços combinados de escritório e apoio administrativo Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	Data da Situação Cadastral: 11/02/2005 Posto Fiscal: PF-12 - MOGI GUAÇU
Informações NF-e	
Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 14/08/2009 Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/09/2009	

[Voltar](#)

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

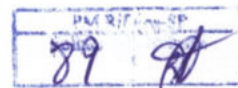
Versão: 4.2

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASTRUS COMERCIO DE VEICULOS LTDA.**  
**CNPJ: 07.184.464/0001-44**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:32:09 do dia 29/09/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/03/2024.

Código de controle da certidão: **75D1.8219.584F.8A92**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 07.184.464 ✓

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 50061186 ✓  
Data e hora da emissão 29/09/2023 09:56:27  
Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Folha 1 de 1  
(hora de Brasília)

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

Secretaria de Finanças – Departamento de Arrecadação

Divisão de Cadastro Mobiliário

Rua Henrique Coppi, nº 200 – Morro do Ouro – Mogi Guaçu

9/1

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nro: 1512/2023

O Departamento de Arrecadação, da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**CERTIFICA** que **ASTRUS COMERCIO DE VEICULOS LTDA.**, CNPJ 07.184.464/0001-44, inscrito (a) nesta repartição sob nº 0317978, para o ramo de atividade de **Servicos Combinados De Escritorio E Apoio Administrativo, Comercio Por Atacado De Onibus E Microonibus Novos E Usados**, não possui débitos de ordem mobiliária ou imobiliária.

A expedição desta Certidão não exime o contribuinte do recolhimento de qualquer débito pró existente que venha a ser apurado, débito vincendo, tributo ou penalidade que venha a ser lançado(a).

Relativamente ao(s) período(s) em que constar opção do contribuinte pelo regime do Simples Nacional, o mesmo deverá verificar sua situação fiscal referente aos tributos e requerer emissão de certidão junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SFRB).



Emitida às 14:29:02 do dia 26/07/23

Válida até 22/01/24

Código de controle da

**CMNEF1D63751798AB44D29**

**Qualquer emenda ou rasura invalidará este**